



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
POLÍCIA CIVIL
ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL
DIVISÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

ESCRIVÃO E INSPETOR DE POLÍCIA

Instruções

Leia atentamente e cumpra rigorosamente as instruções que seguem, pois elas são parte integrante das provas e das normas que regem esse Concurso.

1. Atente-se aos avisos contidos no quadro da sala.
2. Seus pertences deverão ser armazenados dentro do saco plástico fornecido pelo fiscal. Somente devem permanecer em posse do candidato caneta esferográfica, documento de identidade, lanche e água, se houver. A utilização de qualquer material não permitido em edital é expressamente proibida, acarretando a imediata exclusão do candidato.
3. Certifique-se de que este caderno:
 - contém 50 (cinquenta) questões;
 - refere-se ao cargo para o qual realizou a inscrição;
4. Cada questão oferece 5 (cinco) alternativas de respostas, representadas pelas letras A, B, C, D e E, sendo apenas 1 (uma) a resposta correta.
5. No caderno de prova, pode-se rabiscar, riscar e calcular.
6. Será respeitado o tempo para realização da prova conforme previsto em edital, incluindo o preenchimento da grade de respostas.
7. A responsabilidade referente à interpretação dos conteúdos das questões é exclusiva do candidato.
8. Os dois últimos candidatos deverão retirar-se da sala de prova ao mesmo tempo, devendo assinar a Ata de Prova.
9. Os gabaritos preliminares da prova objetiva serão divulgados na data descrita no Cronograma de Execução.

Boa prova!



V1_31/1/201812:04:02

Controle de
QUALIDADE
Fundatec



Para a resolução das questões desta prova, considere os seguintes detalhes: (1) o mouse está configurado para uma pessoa que o utiliza com a mão direita (destro) e usa, com maior frequência, o botão esquerdo, que possui as funcionalidades de seleção ou de arrastar normal, entre outras. O botão da direita serve para ativar o menu de contexto ou de arrastar especial; (2) os botões do mouse estão devidamente configurados com a velocidade de duplo clique; (3) os programas utilizados nesta prova foram instalados com todas as suas configurações padrão, entretanto, caso tenham sido realizadas alterações que impactem a resolução da questão, elas serão alertadas no texto da questão ou mostradas visualmente, se necessário; (4) no enunciado e nas respostas de algumas questões, existe(m) letra(s), palavra(s) ou texto(s) que foram digitados entre aspas, apenas para destacá-los. Neste caso, para resolver as questões, desconsidere tais aspas e atente somente para a(s) letra(s), palavra(s) ou texto(s) propriamente ditos; e (5), para resolver as questões desta prova, considere, apenas, os recursos disponibilizados para os candidatos, tais como essas orientações, os textos introdutórios das questões, normalmente disponibilizados antes das Figuras, os enunciados propriamente ditos e os dados e informações disponíveis nas Figuras das questões, se houver.

A questão 01 baseia-se nas Figuras 1(a) e 1(b), do sistema operacional Windows 7 Professional. A Figura 1(a) mostra o menu do botão "Iniciar". A Figura 1(b) exibe uma janela desse sistema operacional, ativada a partir da Figura 1(a), na qual se inseriu, intencionalmente, no local apontado pela seta nº 6, um retângulo, de modo a ocultar os detalhes existentes nesse local.

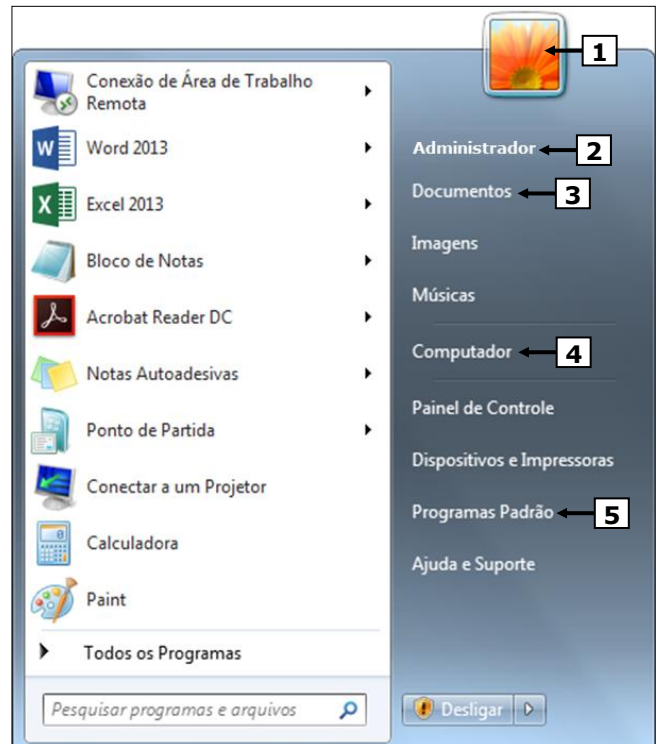


Figura 1(a) – Menu "Iniciar", do Windows 7 Professional

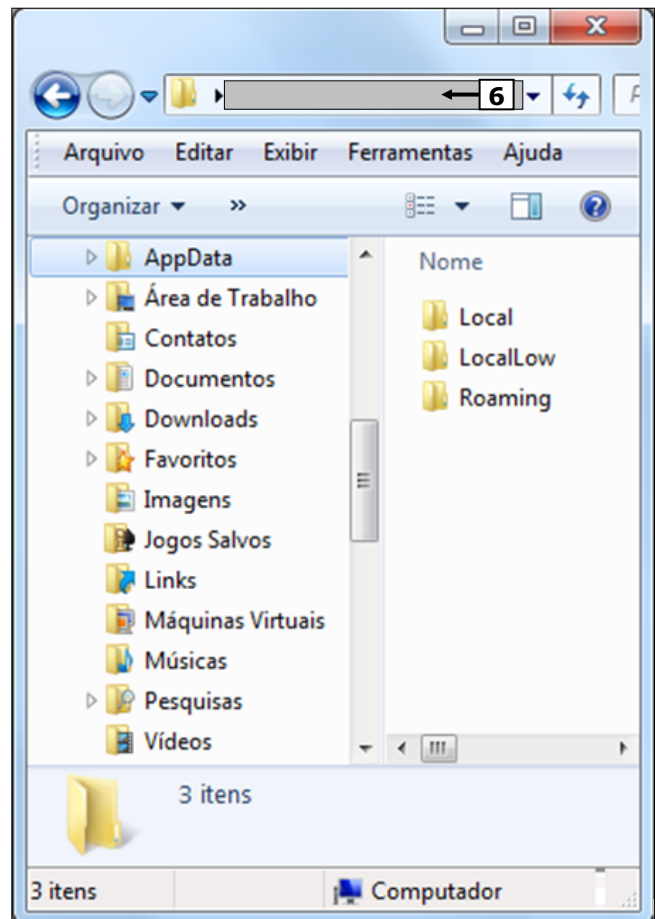


Figura 1(b) – Janela do Windows 7 Professional

QUESTÃO 01 – No sistema operacional Windows 7 Professional, para que fosse mostrada a janela da Figura 1(b), bastou, antes, na Figura 1(a), dar um clique, com o botão esquerdo do mouse, sobre o item de menu apontado pela seta nº:

- A) 1.
- B) 2.
- C) 3.
- D) 4.
- E) 5.

A questão 02 baseia-se na Figura 2, que mostra a janela principal do Microsoft (MS) Word 2007, acima da qual se ampliou e destacou alguns ícones, para facilitar a sua resolução. Nessa Figura, a seta nº 1 aponta para o texto que se encontra selecionado.

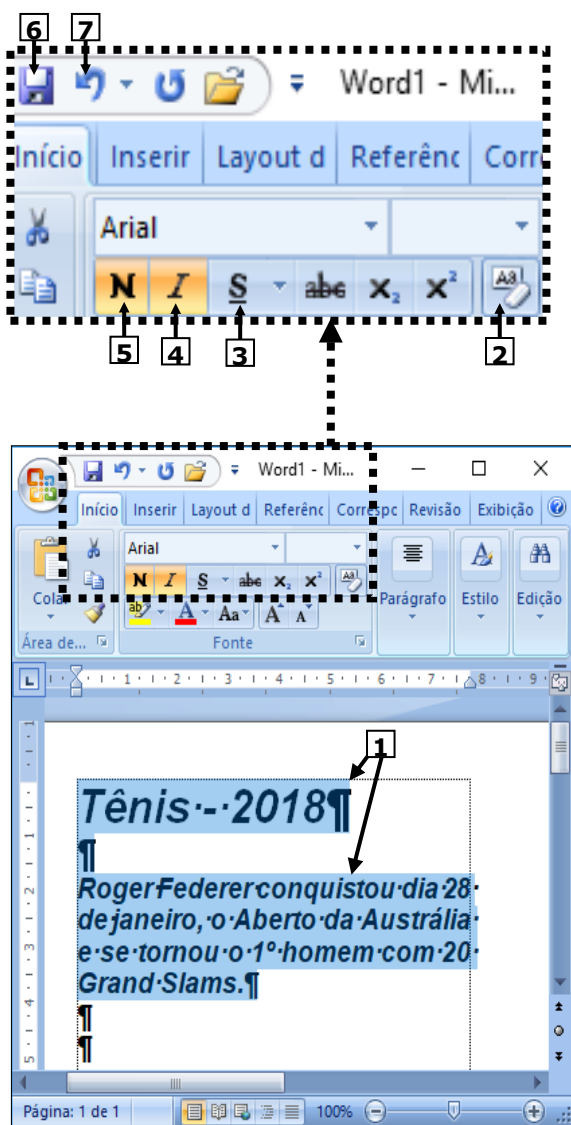


Figura 2 – MS Word 2007

QUESTÃO 02 – Na janela principal do MS Word 2007, mostrada na Figura 2, serão pressionados, apenas uma vez, sequencialmente, os ícones apontados pelas setas nº 2, 3, 4, 5, 6 e 7. Ao final dessas ações, pode-se afirmar que o texto apontado pela seta nº 1 estará em:

- I. Itálico.
- II. Negrito.
- III. Sublinhado.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e III.
- E) I, II e III.

A questão 03 baseia-se na Figura 3, que mostra a janela principal do BrOffice 3.2 Writer, acima da qual se ampliou e destacou alguns ícones da barra de ferramentas, para facilitar a resolução da questão. Nessa Figura, a seta nº 1 aponta para o texto que se encontra selecionado.

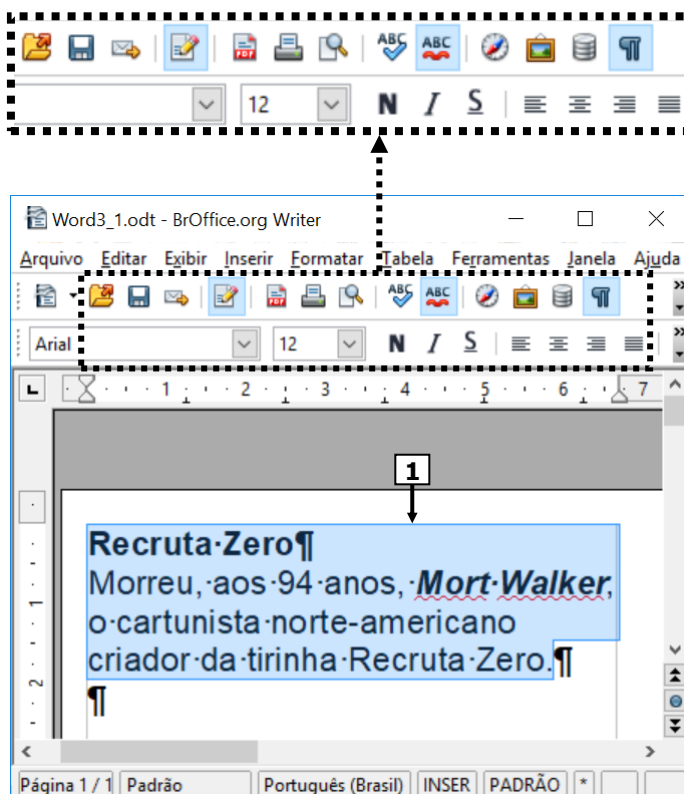


Figura 3 – BrOffice 3.2 Writer

QUESTÃO 03 – Após observar a janela principal do BrOffice 3.2 Writer, pode-se afirmar que:

- I. O texto apontado pela seta nº 1 encontra-se com a formatação de alinhamento chamada "Esquerda".
- II. Nesse arquivo, existem modificações que ainda não foram salvas.
- III. Esse editor de texto encontra-se com as funcionalidades editar arquivo, autoverificação ortográfica e caracteres não imprimíveis ativas.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

A questão 04 baseia-se nas Figuras 4(a) e 4(b), que mostram a mesma janela principal do Microsoft (MS) Excel 2007, com o mesmo conteúdo e a mesma formatação, entretanto em sequência, ou seja, inicialmente deve-se observar a Figura 4(a) e, posteriormente, a 4(b).

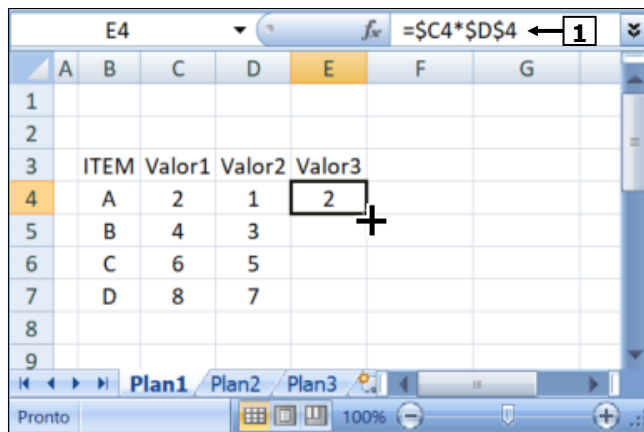


Figura 4(a) – MS Excel 2007 (antes)

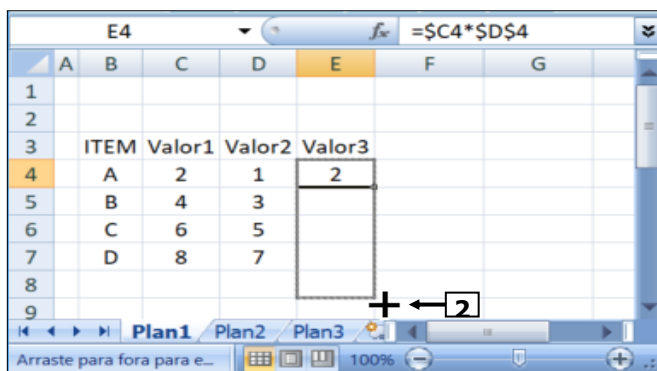


Figura 4(b) – MS Excel 2007 (após)

QUESTÃO 04 – Na janela principal do MS Excel 2007, realizou-se, sequencialmente, as seguintes ações: (1) inseriu-se, na célula corrente, a fórmula apontada pela seta nº 1 (Figura 4(a)); e (2) arrastou-se a alça de preenchimento até o local apontado pela seta nº 2 (Figura 4(b)), por meio do pressionamento do botão esquerdo do mouse e deslocamento de seu cursor até esse local. Nesse caso, soltando-se o botão esquerdo do mouse, pode-se afirmar que na célula:

- A) "E5" será exibido o valor 6
- B) "E5" conterá a fórmula = \$C5*\$D\$4
- C) "E6" será exibido o valor 30
- D) "E6" conterá a fórmula = \$C6*\$D\$6
- E) "E7" será exibido o valor 2

A questão 05 baseia-se nas Figuras 5(a) e 5(b), que mostram a mesma janela principal do Microsoft (MS) Excel 2007, com o mesmo documento, entretanto em sequência, ou seja, inicialmente trabalhou-se na Figura 5(a), sobre a qual se executou ações, cujo resultado é mostrado na Figura 5(b). As células dessa planilha estão com o formato "Geral" e alinhamento de texto horizontal e vertical do tipo "Centro".

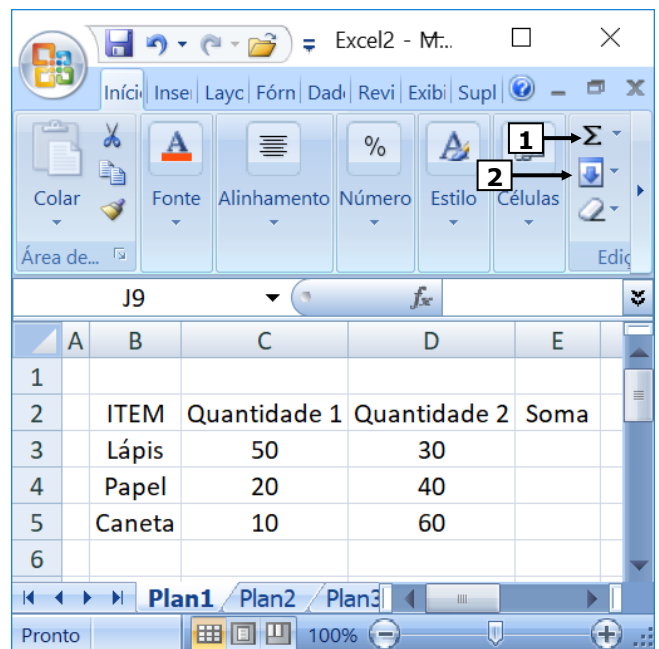
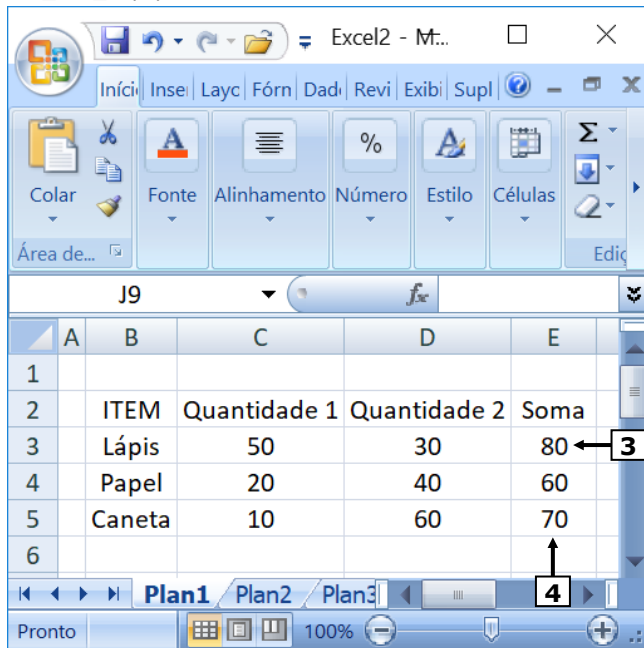


Figura 5(a) – MS Excel 2007 (antes)



	A	B	C	D	E
1					
2		ITEM	Quantidade 1	Quantidade 2	Soma
3		Lápiz	50	30	80
4		Papel	20	40	60
5		Caneta	10	60	70
6					

Figura 5(b) – MS Excel 2007 (após)

QUESTÃO 05 – A Figura 5(b), do MS Excel 2007, mostra o resultado obtido após terem sido somadas as quantidades 1 e 2, de cada item da tabela. Por exemplo, somou-se, para o item "Lápiz", as suas quantidades 1 e 2, que são, respectivamente, "50" e "30", resultando no valor de "80", apontado pela seta nº 3 (Figura 5(b)). Para que fossem mostradas tais somas na coluna apontada pela seta nº 4 (Figura 5(b)), bastou, antes, na Figura 5(a), selecionar o intervalo de células:

- I. E3:E5 e pressionar, uma vez, o ícone apontado pela seta nº 1.
- II. E2:E5 e pressionar, uma vez, o ícone apontado pela seta nº 2.
- III. C2:E5 e pressionar, uma vez, o ícone apontado pela seta nº 1.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 06 – Segundo a Lei nº 12.527/2011, a informação em poder dos órgãos e entidades públicas, dependendo do seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como:

- I. Secreta, sendo 15 (quinze) anos o prazo máximo de restrição de acesso a esse tipo de informação, a partir da data de sua produção.
- II. Reservada, sendo 10 (dez) anos o prazo máximo de restrição de acesso a esse tipo de informação, a partir da data de sua produção.
- III. Confidencial, sendo 5 (cinco) anos o prazo máximo de restrição de acesso a esse tipo de informação, a partir da data de sua produção.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

A questão 07 baseia-se nas Figura 6(a) e 6(b). A Figura 6(a) mostra a janela principal do BrOffice 3.2 Calc. A Figura 6(b) mostra alguns ícones da barra de ferramentas "Formatação", da Figura 6(a), que se encontram ocultos na Figura 6(a), devido à redução das dimensões da janela desse software.

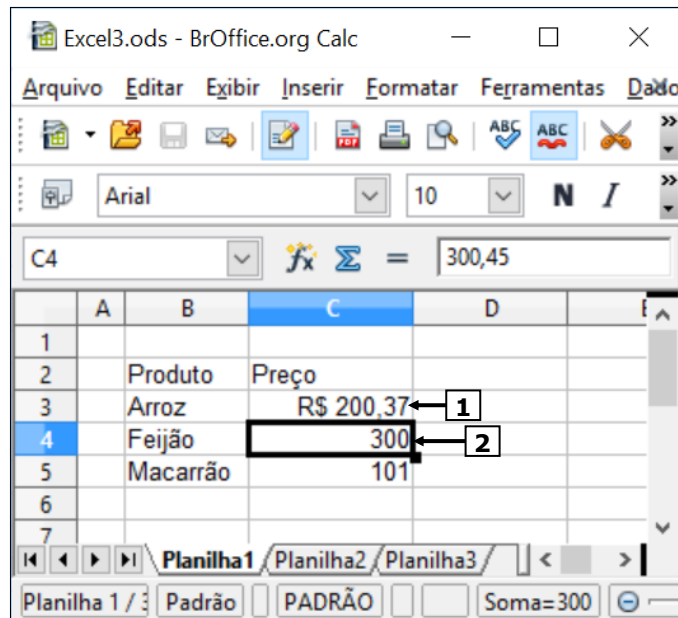


Figura 6(a) – BrOffice 3.2 Calc

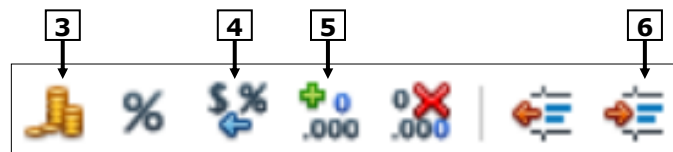


Figura 6(b) – Ícones do BrOffice 3.2 Calc

QUESTÃO 07 – Para que a célula do BrOffice 3.2 Calc, apontada pela seta nº 2 (Figura 6(a)), passe a exibir o seu conteúdo com o formato de moeda e as casas decimais correspondentes, ou seja, R\$ 300,45, ficando visualmente com o mesmo aspecto da célula apontada pela seta nº 1 (Figura 6(a)), basta pressionar, uma vez, o ícone de sua barra de ferramentas "Formatação", apontado pela seta nº:

- A) 3.
- B) 4.
- C) 3 e, a seguir, dar dois cliques, com o botão do mouse, sobre o ícone apontado pela seta nº 5.
- D) 3 e, a seguir, dar um clique, com o botão do mouse, sobre o ícone apontado pela seta nº 6.
- E) 4 e, a seguir, dar um clique, com o botão do mouse, sobre o ícone apontado pela seta nº 5.

A questão 08 baseia-se nas Figuras 7(a), 7(b) e 7(c). A Figura 7(a) mostra a janela principal do Firefox Quantum, versão 58.0.1 (64-bits), acima da qual se ampliou e destacou alguns ícones, para facilitar a resolução da questão. A Figura 7(b) mostra uma caixa de diálogo desse navegador, ativada a partir da Figura 7(a). A Figura 7(c) exhibe, intencionalmente, apenas parte de uma aba do Firefox, ativada a partir da Figura 7(b). Nos locais apontados pelas setas nº 6 e 7, inseriu-se retângulos para ocultar qualquer detalhe existente nesses locais.



Figura 7(a) – Janela principal do Firefox 58.0.1 (64-bits)

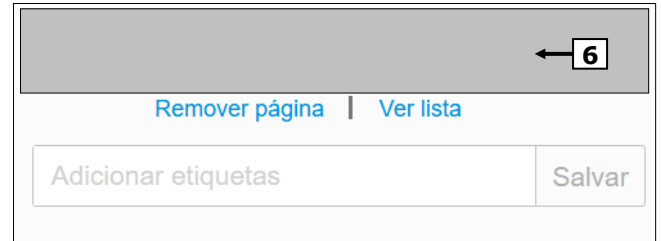


Figura 7(b) – Caixa de diálogo do Firefox



Figura 7(c) – Aba do Firefox

QUESTÃO 08 – Um usuário do navegador Firefox resolveu armazenar o link da página eletrônica mostrada na Figura 7(a). Para isso, ele deu apenas um clique, com o botão esquerdo do mouse, sobre um ícone da Figura 7(a) e, ao surgir a caixa de diálogo mostrada na Figura 7(b), salvou o link desejado, cujo resultado pode ser observado na Figura 7(c). Nesse caso, pode-se afirmar que o ícone da Figura 7(a), pressionado por esse usuário, foi o apontado pela seta nº:

- A) 1.
- B) 2.
- C) 3.
- D) 4.
- E) 5.

RACIOCÍNIO LÓGICO

QUESTÃO 09 – Supondo que P, Q e R são sentenças proposicionais simples presentes na fórmula $(P \wedge \neg Q \rightarrow \neg R)$ e que representam:

P = Dois é par.
Q = Três é par.
R = Seis é par.

A sentença que representa a fórmula em linguagem natural e seu respectivo valor-lógico está na alternativa:

- A) Se dois é par e três não é par então seis não é par, tem valor-lógico verdadeiro.
- B) Se dois é par e três não é par então seis não é par, tem valor-lógico falso.
- C) Dois é par, mas se três não é par então seis não é par, tem valor-lógico verdadeiro.
- D) Dois é par, mas se três não é par então seis não é par, tem valor-lógico falso.
- E) Se dois é par ou três não é par então seis não é par, tem valor-lógico verdadeiro.

QUESTÃO 10 – Supondo a verdade da sentença aberta: **Alguns investigados são advogados mas nem todos os investigados têm domicílio conhecido.** Podemos deduzir a verdade da alternativa:

- A) Todos investigados são advogados e têm domicílio conhecido.
- B) Todos investigados são advogados e não têm domicílio conhecido.
- C) Alguns investigados são advogados e têm domicílio conhecido.
- D) Alguns investigados são advogados e alguns investigados têm domicílio conhecido.
- E) Alguns investigados são advogados e alguns investigados não têm domicílio conhecido.

QUESTÃO 11 – Negar a sentença: **A ocorrência policial foi fotografada e documentada,** é equivalente à sentença da alternativa:

- A) A ocorrência policial não foi fotografada e não foi documentada.
- B) A ocorrência policial não foi fotografada, mas foi documentada.
- C) A ocorrência policial não foi fotografada ou não foi documentada.
- D) Nego que a ocorrência policial foi fotografada ou documentada.
- E) A ocorrência policial foi fotografada ou documentada.

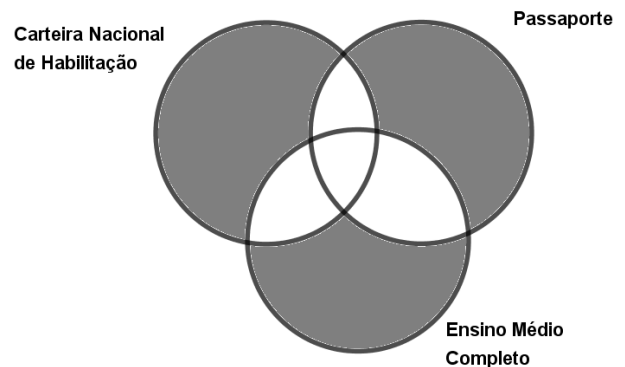
QUESTÃO 12 – A partir das seguintes associações:

Figa para 6.971
Bege para 2.575
Faca para 6.131

A associação para **chaga** está na alternativa:

- A) 36.141
- B) 38.171
- C) 38.242
- D) 68.141
- E) 83.171

QUESTÃO 13 – O diagrama abaixo representa no universo dos adolescentes os indivíduos que possuem carteira nacional de habilitação, ensino médio completo e passaporte.



A alternativa que representa os indivíduos correspondentes às regiões sombreadas é:

- A) Os adolescentes que possuem carteira nacional de habilitação, ensino médio completo e passaporte.
- B) Os adolescentes que possuem carteira nacional de habilitação, ensino médio completo ou passaporte.
- C) Os adolescentes que possuem carteira nacional de habilitação e ensino médio completo, mas não possuem passaporte.
- D) Os adolescentes que possuem somente carteira nacional de habilitação ou somente ensino médio completo ou somente passaporte.
- E) Os adolescentes que possuem somente carteira nacional de habilitação ou somente ensino médio completo, mas não possuem passaporte.

QUESTÃO 14 – A progressão aritmética em que o quadragésimo segundo termo é 173 e o octogésimo quarto termo é 299 tem primeiro termo e razão respectivamente:

- A) 142 e 1.
- B) 101 e 2.
- C) 50 e 3.
- D) 224 e -1.
- E) 286 e -1.

QUESTÃO 15 – Considerando um alfabeto com 26 letras distintas e 9 algarismos distintos, quantas placas podem ser construídas com a sequência de duas letras seguidas de 3 algarismos, sendo que as letras podem ser maiúsculas ou minúsculas, como, por exemplo, Ai234, Bb677, ou GG123?

- A) 492.804.
- B) 676.000.
- C) 1.336.608.
- D) 1.971.216.
- E) 2.704.000.

QUESTÃO 16 – Supondo que, em um determinado município, os inspetores de polícia devem realizar atos de investigação, efetuar prisões e realizar diligências e supondo que Mário ou Pedro realizou atos de investigação. Mas que se Pedro realizou ato de investigação então Cláudio não efetuou prisão, entretanto Cláudio e Antônio efetuaram prisões, concluímos que:

- A) Mário e Pedro realizaram atos de investigação e Cláudio efetuou prisão.
- B) Mário realizou atos de investigação e Pedro não realizou ato de investigação.
- C) Antônio realizou prisão e Pedro realizou ato de investigação.
- D) Antônio e Pedro realizaram atos de investigação.
- E) Mário e Pedro não realizaram atos de investigação.

LEGISLAÇÃO ESTATUTÁRIA E INSTITUCIONAL

QUESTÃO 17 – Levando em consideração a Lei Complementar Estadual nº 10.098/1994 – Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Rio Grande do Sul, assinale a alternativa correta.

- A) Será concedida, ao servidor, licença para tratamento de saúde, a pedido ou *ex-officio*, precedida de inspeção médica realizada pelo órgão de perícia oficial do Estado, sediada na Capital ou no interior, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus.
- B) Durante o processo de readaptação do servidor, se o resultado da inspeção médica concluir pela incapacidade para o serviço público, será determinada a colocação em disponibilidade do readaptando.
- C) O servidor gozará, anualmente, 60 (sessenta) dias de férias.
- D) Após a nomeação, a posse do servidor no cargo deverá ocorrer com a formalização da assinatura do termo no prazo improrrogável de 20 (vinte) dias.
- E) O servidor acidentado em serviço será licenciado com remuneração parcial até seu total restabelecimento.

QUESTÃO 18 – Analise as assertivas abaixo relativas à organização básica da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, prevista na Lei Estadual nº 10.994/1997:

- I. São princípios da Polícia Civil: a hierarquia, a disciplina e a plena prontidão para servir e proteger.
- II. São órgãos de direção superior da Polícia Civil: o Chefe de Polícia, o Subchefe de Polícia, o Conselho Superior de Polícia e o Conselho de Administração Superior.
- III. O Comissário de Polícia poderá responder pelo expediente administrativo de Delegacia de Polícia de 1ª categoria, sendo vedada a prática de atos privativos de Delegado de Polícia.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 19 – Analise as seguintes transgressões disciplinares previstas na Lei Estadual nº 7.366/1980, Estatuto dos Servidores da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul:

- I. Receber, exigir ou solicitar propinas, ou auferir vantagens e proveitos pessoais de qualquer espécie e sob qualquer pretexto, em razão da função ou cargo.
- II. Manter relações de amizade ou exibir-se em público, habitualmente, com pessoas de má reputação, exceto em razão do serviço.
- III. Emitir conceitos desfavoráveis a superiores hierárquicos ou às autoridades constituídas do País ou das nações que mantenham relações diplomáticas com o Brasil, ou criticá-los com o intuito de ofender-lhes a dignidade e reputação.
- IV. Deixar de tratar superiores hierárquicos, pares, subordinados, advogados, partes, testemunhas, servidores da Justiça e o povo em geral com a deferência e a urbanidade devidas.
- V. Utilizar-se do anonimato ou apresentar parte, queixa, ou representação infundada, maliciosamente, contra superior hierárquico ou colega.

Quais são de natureza grave, nos termos da referida Lei?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas II e V.
- C) Apenas I, III e IV.
- D) Apenas I, III e V.
- E) Apenas III, IV e V.

QUESTÃO 20 – Sobre a pena disciplinar de suspensão, prevista na Lei Estadual nº 7.366/1980 – Estatuto dos Servidores da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Não poderá exceder a noventa (90) dias.
- B) Acarretará a perda dos direitos e da remuneração decorrentes do exercício do cargo.
- C) Nos casos de falta disciplinar leve, será aplicada de um (1) a dez (10) dias.
- D) É permitida sua conversão em multa.
- E) Não constará dos assentamentos funcionais do servidor punido.

QUESTÃO 21 – Em relação à competência para a aplicação das penas disciplinares previstas na Lei Estadual nº 7.366/1980 – Estatuto dos Servidores da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, analise as seguintes assertivas:

- I. Os titulares de Delegacias de Polícia poderão aplicar as penas de advertência, repreensão e suspensão, em relação a seus subordinados, sendo que a de suspensão não poderá exceder a 30 (trinta) dias.
- II. O Corregedor-Geral de Polícia poderá aplicar as penas de advertência, repreensão e suspensão em relação aos servidores submetidos à investigação pela Corregedoria-Geral de Polícia.
- III. O Chefe de Polícia poderá aplicar as penas de advertência, repreensão, remoção por conveniência da disciplina, suspensão e demissão, em relação a todos os servidores da Polícia Civil.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

CONHECIMENTOS GERAIS

QUESTÃO 22 – Segundo notícia veiculada na GaúchaZH, datada de 14/12/2017, dez municípios gaúchos respondem por 42% do Produto Interno Bruto (PIB) total do Rio Grande do Sul. Dentre as cidades abaixo, qual apresenta o maior PIB per capita (produto interno bruto, dividido pela quantidade de habitantes) do Estado em 2015?

- A) Porto Alegre.
- B) Gravataí.
- C) Triunfo.
- D) Novo Hamburgo.
- E) Passo Fundo.

QUESTÃO 23 – Publicado no portal de notícias G1, em 06/04/2017, conforme revela ONG mexicana Conselho Cidadão para Segurança Pública e Justiça Penal, o Brasil foi o país com maior número de cidades entre as 50 mais violentas do mundo em 2016. Das 50 cidades da lista, 19 estão no Brasil, oito no México, sete na Venezuela, quatro nos Estados Unidos, quatro na Colômbia, três na África do Sul, duas em Honduras, uma em El Salvador, uma na Guatemala e uma na Jamaica. Na décima posição do ranking, com 69,56 homicídios por 100 mil habitantes, qual cidade brasileira foi considerada a mais violenta do país para a ONG?

- A) Recife.
- B) São Paulo.
- C) Rio de Janeiro.
- D) Natal.
- E) Manaus.

QUESTÃO 24 – Conforme notícia do Jornal Correio do Povo, veiculada em 24/11/2017, com base em pesquisa divulgada pelo IBGE, o Rio Grande do Sul tem 11,2 milhões de residentes em 2016, o que representa um aumento de 1,5% em relação a 2012. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua ainda trouxe outros dados referentes à população idosa, perfil de cor ou raça, condição de domicílio da população e lares gaúchos com acesso à internet. Com base nessa notícia, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Em relação à idade, o levantamento indicou um crescimento considerável na população idosa (com mais de 60 anos), que passou de 1,7 milhão para mais de 2 milhões, representando crescimento de 15% entre 2012 e 2016. Por outro lado, houve redução na população jovem, especialmente na faixa etária entre 5 e 19 anos.
- B) O acesso à internet foi outro ponto pesquisado pelo IBGE. No Rio Grande do Sul, 67% dos lares gaúchos não têm internet, sendo que o maior acesso é pelo telefone celular.
- C) A pesquisa também analisou o perfil de cor ou raça, de acordo com a autodeclaração. Nesse aspecto, a população gaúcha é predominantemente branca (81,5%), enquanto que parda seria de 13% e preta, de 5,2%.
- D) No estado do RS, a maior parte da população (36,9%) é responsável pelo seu domicílio. Nas demais categorias, 31,4% são filhos ou enteados que moram com os pais; 23,5% moram com companheiros; e 8,2% declararam outra classificação.
- E) Entre os bens, 96,3% dos lares possuem pelo menos um telefone celular e 54,4% computadores.

QUESTÃO 25 – De acordo com publicação no Jornal Correio do Povo, em 04/07/2017, Paixão Côrtes, um dos grandes ícones da cultura gaúcha do Rio Grande do Sul, anunciou, por carta, seu afastamento da vida pública aos 90 anos de idade. João Carlos D'Ávila Paixão Côrtes, nascido em Sant'Ana do Livramento, em 12 de julho de 1927, é engenheiro agrônomo, folclorista, radialista e um dos principais líderes do Movimento Tradicionalista Gaúcho. Paixão Côrtes é um dedicado pesquisador da cultura, hábitos e costumes populares do Rio Grande do Sul e do Brasil. Analise abaixo as afirmações sobre a vida de Paixão Côrtes:

- I. Paixão Côrtes participou ativamente do grupo que fundou, o "35 Centro de Tradições Gaúchas", compondo a primeira diretoria como Patrão de Honra.
- II. Seu trabalho foi reconhecido no âmbito Estadual e Nacional. Do governo do Estado do Rio Grande do Sul, recebeu a Medalha Negrinho do Pastoreio como reconhecimento por serviços prestados à cultura e a Medalha Assis Brasil em destaque por seu trabalho em prol da agropecuária. Nacionalmente, foi distinguido pelo então presidente da República Fernando Henrique Cardoso com a Comenda da Ordem ao Mérito Cultural por serviços prestados à cultura brasileira.
- III. Paixão Côrtes serviu como modelo para o escultor Antônio Caringi, quando posou com suas roupas campeiras e laço para o artista esculpir a estátua O Laçador, obra escultural eternizada em bronze que foi erguida em praça pública à entrada de Porto Alegre, sendo deslocada, em 2007, para o Sítio do Laçador.
- IV. O folclorista Paixão Côrtes também recebeu homenagem da sua cidade natal, Sant'Ana do Livramento, com uma obra estatutária de Sérgio Coirolo, colocada na entrada da cidade, saudando o visitante da fronteira.

Quais estão corretas?

- A) Apenas III.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas I, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 26 – Analise a sentença abaixo:

Em 2017, o médico gaúcho César Gomes Victora foi vencedor do prêmio _____ pelo conjunto de seus estudos na área de amamentação e nutrição materno-infantil, considerado responsável por profundo impacto para a saúde nos países em desenvolvimento. Ele é o _____ cientista brasileiro a ser contemplado com a premiação, uma das mais respeitadas mundialmente na área de ciências da saúde. A pesquisa que motivou a premiação foi realizada em _____ e resultou na descoberta de que a criança que não é amamentada exclusivamente com o leite materno até os primeiros seis meses de vida corre mais risco de morrer por causa de diarreia e pneumonia.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

- A) Gairdner de Saúde Global – segundo – 2005
- B) Gairdner de Saúde Global – segundo – 1985
- C) Gairdner de Saúde Global – primeiro – 1985
- D) Nobel de Medicina – primeiro – 2005
- E) Nobel de Medicina – segundo – 2005

DIREITO PENAL

QUESTÃO 27 – Em relação à teoria geral da norma penal, assinale a alternativa correta.

- A) Dentre os princípios gerais do Direito Penal, pode-se citar o princípio da exclusiva proteção de bens jurídicos e o princípio da intervenção mínima.
- B) Os princípios só podem ser explícitos, ou seja, positivados no ordenamento jurídico.
- C) O princípio da igualdade (ou da isonomia) não está previsto de maneira expressa na CF/1988.
- D) O princípio da presunção de inocência (ou da não culpa) expresso na CF/1988 no artigo 5º, inciso LVII, determina que "ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória". Destarte, não é aceitável a decretação (excepcional) de uma prisão temporária ou preventiva sobre alguém sobre o qual pairam indícios suficientes de autoria, mas que ainda não pode ser considerado culpado.
- E) O princípio da ofensividade ou lesividade (*nullum crimen sine iniuria*) não exige que do fato praticado ocorra lesão ou perigo de lesão ao bem jurídico tutelado.

QUESTÃO 28 – A regra geral em direito é a aplicação da lei vigente à época dos fatos (*tempus regit actum*). No campo penal, não ocorre de maneira diferente, pois, ao crime cometido em determinada data, aplicar-se-á a lei penal vigente ao dia do fato. Considerando o conceito e o alcance da lei penal no tempo, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A exceção à regra geral é a extratividade, ou seja, a possibilidade de aplicação de uma lei a fatos ocorridos fora do âmbito de sua vigência. O fenômeno da extratividade, no campo penal, realiza-se em dois ângulos: retroatividade e ultratividade.
- B) A ultratividade é a aplicação da norma penal benéfica a fato criminoso acontecido antes do período da sua vigência.
- C) O Código Penal Brasileiro, no artigo 2º, faz referência somente à retroatividade, pelo fato de estar analisando a aplicação da lei penal sob o ponto de vista da data do fato. Desta maneira, ou se aplica o princípio-regra (*tempus regit actum*), se for o mais benéfico, ou se aplica a lei penal posterior, se for a mais benigna (retroatividade).
- D) Para a definição da lei penal mais favorável, deve-se ter em vista, como marco inicial, a data do cometimento da infração penal, e, como marco final, a extinção da punibilidade pelo cumprimento da pena ou outra causa qualquer. De toda sorte, durante a investigação policial, processo ou execução da pena, toda e qualquer lei penal favorável, desde que possível a sua aplicação, deve ser utilizada em favor do réu.
- E) A abolição do delito (*abolitio criminis*) é um fenômeno que ocorre quando uma lei posterior deixa de considerar crime determinado fato. Essa hipótese gera a extinção da punibilidade.

QUESTÃO 29 – Em relação à falsificação de documento particular e à falsidade ideológica, assinale a alternativa correta.

- A) Reza o Código Penal que a falsificação do documento particular consiste em falsificar, no todo ou em parte, documento particular ou alterar documento particular verdadeiro.
- B) Fotocópias sem autenticação, documentos impressos sem assinatura ou documentos anônimos podem ser considerados documentos particulares para efeito do crime de falsificação de documento particular.
- C) O objeto material da falsidade ideológica é tão somente o documento público.
- D) Reza o Código Penal que se o agente é funcionário público e comete o crime de falsidade ideológica, prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, a pena será aplicada em quádruplo.
- E) O momento consumativo da falsidade ideológica se dá com a efetiva concretização de prejuízo material para o Estado ou para o particular.

QUESTÃO 30 – A Lei Maria da Penha cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar, conferindo proteção diferenciada ao gênero tido como vulnerável quando inserido em situações legais específicas elencadas na Lei nº 11.340/2006. Considerando a citada lei especial, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Segundo leitura estrita da lei em análise, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.
- B) Embora haja decisões isoladas admitindo a aplicação da Lei Maria da Penha a favor de homens, pode-se dizer que a incidência da citada lei está condicionada à presença de 3 (três) pressupostos não alternativos, quais sejam: sujeito passivo mulher; prática de violência física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral; violência dolosa praticada no âmbito da unidade doméstica, no âmbito da família, ou em qualquer relação íntima de afeto.
- C) Para a caracterização da violência doméstica e familiar contra a mulher, não é necessário que a violência seja perpetrada por pessoas de sexo diverso.
- D) Confirmando a discricionariedade dispensada ao trabalho investigatório da autoridade policial, prevê a Lei Maria da Penha que a autoridade policial deve colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e de suas circunstâncias.
- E) As relações pessoais enunciadas na Lei em comento independem de orientação sexual.

QUESTÃO 31 – A Lei nº 11.343/2006 é a atual Lei sobre drogas. Tendo por base os ditames do citado diploma, assinale a alternativa correta.

- A) Referido diploma legal institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas.
- B) O porte e o cultivo para consumo próprio não configuram crime.
- C) O sujeito ativo do delito previsto no Artigo 33, caput, da lei em comento pode ser qualquer pessoa. Trata-se de crime comum. No entanto, a coautoria e a participação não são possíveis nas condutas descritas no tipo penal.
- D) Denomina como objeto material dos crimes nela previstos a seguinte expressão: “substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica”.
- E) No momento em que o agente realiza a conduta típica, se dá a consumação do tráfico de drogas. Todas as condutas previstas no artigo 33 da lei em estudo constituem crimes permanentes.

QUESTÃO 32 – Dos crimes contra a pessoa, destacam-se aqueles que eliminam a vida humana, considerada o bem jurídico mais importante do homem, razão de ser de todos os demais interesses tutelados, merecendo inaugurar a parte especial do nosso Diploma Penal. Considerando os crimes contra a vida, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A vida é tratada nesse tópico tanto na forma intra (biológica) quanto extrauterina, protegendo-se, desse modo, o produto da concepção (esperança de homem) e a pessoa humana vivente.
- B) O dolo do homicídio pode ser direto (o agente quer o resultado) ou eventual (o agente assume o risco de produzi-lo).
- C) A Lei nº 13.104/2015 inseriu o inciso VI no art. 121 do Código Penal: o feminicídio, entendido como a morte de mulher em razão da condição do sexo feminino (leia-se, violência de gênero quanto ao sexo).
- D) Infanticídio, segundo dispõe o Diploma Penal Brasileiro, é matar o próprio filho independentemente da condição fisiopsicológica do sujeito ativo.
- E) Três são as formas de praticar o induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio: nas duas primeiras hipóteses (induzimento e instigação), temos a participação moral; já na última (auxílio), material.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 33 – Após realizarem o roubo dos malotes de dinheiro de um carro forte na cidade de Uruguaiana, os integrantes de um grupo criminoso fortemente armado dirigiram-se, em fuga, para a cidade de São Luiz Gonzaga, por ser ali a sua base operacional. Imediatamente iniciada a perseguição ao grupo, todos os seus membros foram presos em flagrante, cerca de duas horas depois, já no território da cidade de São Borja. De imediato, a autoridade responsável pela prisão se dirigiu à Delegacia de Polícia de São Borja, com a finalidade de apresentar os presos em flagrante e para a tomada das providências cabíveis pelo Delegado de Polícia local. Diante disso, é correto afirmar que:

- A) Em razão de o Código de Processo Penal fixar o juízo da Comarca de Uruguaiana como o competente para a análise do auto de prisão em flagrante, todas as pessoas presas deverão ser encaminhadas para aquela Comarca, a fim de que a autoridade de polícia lavre, se assim o entender, o respectivo auto.
- B) O Delegado de Polícia, por estar vinculado aos mesmos critérios de competência estabelecidos pelo Código de Processo Penal aos Juízes de Direito, deverá se recusar a lavrar o auto de prisão em flagrante, pois o juízo competente para o futuro processo criminal é o da Comarca de Uruguaiana.
- C) O Delegado de Polícia, por estar vinculado aos mesmos critérios de competência estabelecidos pela Constituição Federal aos Juízes de Direito, deverá se recusar a lavrar o auto de prisão em flagrante, pois o juízo competente para o futuro processo criminal é o da Comarca de Uruguaiana.
- D) Os integrantes do grupo deverão ser apresentados, imediatamente, à autoridade de São Borja, que, depois de lavrado, se for o caso, o auto de flagrante, providenciará a remoção dos presos.
- E) Os integrantes do grupo deverão ser apresentados, imediatamente, à autoridade de São Luiz Gonzaga, por ser ali a base operacional dos criminosos, devendo a autoridade policial, depois de lavrado, se for o caso, o auto de flagrante, providenciar a remoção dos presos.

QUESTÃO 34 – Ao finalizar a apuração de um crime contra o patrimônio, a autoridade policial entendeu por indiciar Fulano de Tal e Beltrano de Tal, em razão da prática, em tese, do crime de roubo. Após a distribuição do inquérito policial junto ao Poder Judiciário, o magistrado competente abriu vista da investigação criminal ao Ministério Público, que, ao oferecer a denúncia, entendeu por também acusar Sicrano de Tal. Em vista disso, assinale a alternativa correta.

- A) Em razão dos termos constantes na ação penal pública, o Ministério Público deverá requisitar à autoridade policial que indicie Sicrano de Tal, a fim de que seja respeitado o princípio da congruência entre a acusação e o resultado final da investigação criminal.
- B) Em razão dos termos constantes na ação penal pública, o Ministério Público deverá requerer à autoridade judicial que determine ao Delegado de Polícia o indiciamento de Sicrano de Tal, a fim de que seja respeitado o princípio da congruência entre a acusação e o resultado final da investigação criminal.
- C) Em razão dos termos constantes na ação penal pública, a autoridade judicial, de ofício, poderá determinar o indiciamento de Sicrano de Tal, a fim de que seja respeitado o princípio constitucional da igualdade entre ele e os demais acusados.
- D) Em respeito ao princípio constitucional da igualdade, a autoridade policial, assim que tomar conhecimento da formulação de acusação também contra Sicrano de Tal, deverá, de ofício, rever o indiciamento anteriormente realizado, de modo a agregar o nome deste ao rol de pessoas indiciadas naquela investigação.
- E) Ainda que a denúncia seja oferecida contra Fulano de Tal, Beltrano de Tal e Sicrano de Tal, o Ministério Público e o Poder Judiciário não poderão determinar o indiciamento de pessoa não constante nesse ato, por ser ele privativo de Delegado de Polícia.

QUESTÃO 35 – Durante investigação criminal que envolvia uma organização criminoso, houve a necessidade de ser decretado o seu sigilo, sob a justificativa de garantir a celeridade das diligências investigatórias. Diante disso, é correto afirmar que:

- A) O sigilo somente poderá ser decretado por ordem da autoridade policial presidente daquela investigação criminal, em consonância com regra similar presente no Código de Processo Penal.
- B) A justificativa apresentada pela autoridade policial não encontra amparo na legislação brasileira, em razão de o Código de Processo Penal somente fazer referência ao sigilo para permitir a elucidação do fato ou por exigência do interesse da sociedade.
- C) O sigilo da investigação poderá ser decretado pela autoridade judicial competente, para garantia da celeridade e da eficácia das diligências investigatórias.
- D) O sigilo da investigação poderá ser decretado pelo Ministério Público com atribuição para o caso em concreto, em razão de esse sujeito da persecução penal possuir, dentre suas funções constitucionais, o dever de exercício do controle externo da atividade policial.
- E) Decretado o sigilo da investigação criminal, atingirá terceiros alheios a ela, bem como a figura do defensor do investigado, permitindo-lhe o acesso somente após a expedição do relatório final por parte da autoridade policial, mas antes de sua remessa ao Poder Judiciário.

QUESTÃO 36 – A autoridade policial está presidindo investigação envolvendo o crime de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, tendo, em razão dos elementos colhidos até o momento, representado pela prisão preventiva de Beltrano de Tal. Em razão do acolhimento dos argumentos apresentados pela autoridade policial, o Juiz de Direito determinou a prisão preventiva daquela pessoa, ordenando a expedição do mandado de prisão e demais formalidades administrativas. Dois dias depois do deferimento judicial do pedido de prisão preventiva, a autoridade policial estava em um restaurante de sua cidade, quando nele ingressou Beltrano de Tal. Ao avistá-lo, ciente de que não estava com o mandado de prisão consigo, a autoridade policial deverá, à luz da legislação processual penal:

- A) Realizar a prisão de Beltrano de Tal, uma vez que, em sendo a infração penal classificada como inafiançável, a falta de exibição do mandado não obstará à prisão, e o preso, em tal caso, será imediatamente apresentado ao juiz que tiver expedido o mandado.
- B) Entrar imediatamente em contato com a autoridade judicial, a fim de que seja expedida nova via do mandado de prisão, sob pena de realizar uma prisão ilegal, passível de relaxamento pelo Poder Judiciário.
- C) Realizar a prisão de Beltrano de Tal, uma vez que, em sendo a infração penal classificada como inafiançável, a falta de exibição do mandado não obstará à prisão, e o preso, em tal caso, será, em até 05 (cinco) dias, apresentado ao juiz que tiver expedido o mandado.
- D) Representar novamente pela prisão preventiva de Beltrano de Tal, em razão da impossibilidade de extração de cópias do mandado de prisão anteriormente expedido.
- E) Realizar a prisão de Beltrano de Tal, uma vez que, em sendo a infração penal classificada como afiançável, a falta de exibição do mandado não obstará à prisão, e o preso, em tal caso, será imediatamente apresentado ao juiz que tiver expedido o mandado.

QUESTÃO 37 – A equipe de agentes policiais civis da Delegacia de Polícia da cidade de Pelotas, ao retornar de uma operação voltada ao combate ao crime de abigeato, observou que, em plena via pública, uma pessoa saiu correndo após avistar a viatura policial em que aquela equipe se encontrava. Desconfiada da conduta dessa pessoa, a equipe de agentes policiais realizou a abordagem, solicitando sua identificação. Ao identificá-la, constatou-se que essa pessoa era foragida do Estado do Amazonas, tendo, contra si, um mandado de prisão pela prática do crime de tráfico internacional de drogas, devidamente registrado no Conselho Nacional de Justiça, expedido pelo juízo da Comarca de Manaus. Obtida cópia do mandado de prisão, é correto afirmar que, segundo o Código de Processo Penal:

- A) Os agentes policiais civis poderão efetuar a prisão determinada no mandado de prisão registrado no Conselho Nacional de Justiça, ainda que fora da competência territorial do juiz que o expediu.
- B) Para poder ser efetuada a prisão determinada no mandado de prisão, os agentes policiais civis deverão informar a localização da pessoa foragida à autoridade policial hierarquicamente superior a eles, a fim de que esta se dirija até o local e formalize a prisão.
- C) Os agentes policiais civis não poderão efetuar a prisão determinada no mandado de prisão registrado no Conselho Nacional de Justiça, tendo em vista que a competência para sua concretização pertence aos agentes da Polícia Federal.
- D) Para poder ser efetuada a prisão determinada no mandado de prisão, os agentes policiais civis deverão informar a localização da pessoa foragida ao Delegado de Polícia Federal, a fim de que este se dirija até o local e formalize a prisão.
- E) Assim como na prisão em flagrante, qualquer pessoa do povo poderá efetuar a prisão determinada no mandado de prisão registrado no Conselho Nacional de Justiça.

QUESTÃO 38 – Por meio do Decreto nº 8.766/2016, o Brasil promulgou Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, firmada pela República Federativa do Brasil em 10 de junho de 1994. Considerando os termos da Convenção promulgada, é correto afirmar que:

- A) Diferentemente do Pacto de São José da Costa Rica e do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, igualmente ratificados pelo Brasil, a audiência de custódia deverá ser realizada somente pela autoridade judiciária competente, não havendo previsão de apresentação da pessoa privada em sua liberdade a outra autoridade também com poderes judiciais.
- B) Seguindo a lógica já constante no Pacto de São José da Costa Rica e do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, igualmente ratificados pelo Brasil, a audiência de custódia poderá ser realizada pela autoridade judiciária competente ou outra autoridade também com poderes judiciais.
- C) O juízo competente para o processo e julgamento dos atos constitutivos do delito do desaparecimento forçado de pessoas será sempre a Justiça comum estadual ou a justiça militar estadual, a depender do fato de o agente policial ser civil ou militar.
- D) O juízo competente para o processo e julgamento dos atos constitutivos do delito do desaparecimento forçado de pessoas será sempre a Justiça comum federal ou a justiça militar federal, a depender do fato de o agente policial ser civil ou militar.
- E) O prazo para a apresentação da pessoa privada em sua liberdade para a realização da audiência de custódia é de até 72 (setenta e duas) horas contadas da distribuição do auto de prisão em flagrante junto ao Poder Judiciário.

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 39 – Considerando a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa que NÃO representa um remédio constitucional.

- A) Direito de petição.
- B) Mandado de injunção.
- C) Ação popular.
- D) Princípio da dignidade da pessoa humana.
- E) Direito à certidão.

QUESTÃO 40 – Assinale a alternativa que corresponde à competência exclusiva do Congresso Nacional.

- A) Aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.
- B) Dispor sobre o plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado.
- C) Concessão de anistia.
- D) Aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de: a) Magistrados, nos casos estabelecidos na Constituição; b) Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República; c) Governador de Território; d) Presidente e diretores do Banco Central; e) Procurador-Geral da República; f) titulares de outros cargos que a lei determinar.
- E) Incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembleias Legislativas.

QUESTÃO 41 – Segundo a doutrina de Luís Roberto Barroso, no seu livro "Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo", os princípios constitucionais gerais são especificações dos princípios fundamentais e, por seu menor grau de abstração, prestam-se mais facilmente à tutela direta e imediata das situações jurídicas que contemplam. Considerando esse contexto, assinale a alternativa que NÃO representa um desses princípios constitucionais gerais, segundo o citado autor.

- A) Isonomia.
- B) Devido processo legal.
- C) Segurança jurídica.
- D) Princípio republicano.
- E) Princípio da razoabilidade.

QUESTÃO 42 – NÃO se constitui um objetivo fundamental da República Federativa do Brasil:

- A) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- B) Prevalência dos direitos humanos.
- C) Garantir o desenvolvimento nacional.
- D) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- E) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.

QUESTÃO 43 – A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre-iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios, EXCETO:

- A) Defesa do consumidor.
- B) Defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.
- C) Autodeterminação dos povos.
- D) Soberania nacional.
- E) Função social da propriedade.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 44 – De acordo com o que preceitua o art. 37, “caput” da Constituição Federal de 1988, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá a princípios. A partir dos princípios enumerados no artigo supramencionado, é correto afirmar que:

- A) Ainda que sua existência autônoma seja questionada por alguns autores, pode-se entender que, pelo princípio da eficiência, a Administração Pública deve atender não só à lei, mas à própria moral comum, aos bons costumes, às regras de boa administração, aos princípios de justiça e equidade, à ideia comum de honestidade.
- B) Segundo Di Pietro, o princípio da publicidade pode permitir duas interpretações, uma vez que tanto deve ser observado em relação aos administrados (relacionado com a finalidade pública) como a própria Administração Pública (atos e provimentos administrativos não são imputáveis aos funcionários que os praticam).
- C) Tanto o modo de atuação do agente público quanto o modo de organizar, estruturar e disciplinar a Administração Pública, a fim de alcançar os melhores resultados, são aspectos a serem considerados na definição do princípio da eficiência.
- D) O princípio da impessoalidade significa que a Administração Pública, em toda a sua atividade, está atrelada aos mandamentos legais, deles não se podendo afastar. A Administração Pública só pode fazer o que a lei permite.
- E) Pelo princípio da legalidade, é exigida a ampla divulgação dos atos praticados pela Administração Pública direta e indireta, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo.

QUESTÃO 45 – Na Lei nº 8.666/1993, pode ser encontrada a seguinte definição:

- A) A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.
- B) A compra caracteriza-se pela aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez, não sendo permitido o fornecimento parcelado.
- C) Não há impeditivo a servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, de participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários.
- D) Uma das hipóteses em que é dispensável a licitação ocorre quando não houver a participação de interessados na licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, autorizando-se, para tanto, alteração das condições preestabelecidas.
- E) É facultativa a submissão das minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes, a exame e aprovação prévios, pela assessoria jurídica da Administração.

QUESTÃO 46 – Conforme o que preceitua a Lei nº 8.666/1993 a respeito dos contratos administrativos, assinale a alternativa correta.

- A) Nos contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, em nenhuma circunstância, poderá haver cláusula que declare competente foro diverso do da sede da Administração, para dirimir qualquer questão contratual.
- B) É conferida à Administração a prerrogativa de fiscalizar a execução dos contratos.
- C) É admissível a prorrogação de contratos de prestação de serviços de natureza contínua, dispensadas, nas prorrogações de prazo, justificativa ou autorização pela autoridade competente para celebrar o contrato.
- D) Em casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, em qualquer hipótese é dispensável o "termo de contrato".
- E) A referida Lei veda a admissão de subcontratação de partes de obra, serviço ou fornecimento, por parte da Administração.

QUESTÃO 47 – Sobre Direito Administrativo, analise as assertivas abaixo e assinale F, se falsas, ou V, se verdadeiras.

- () O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.
- () A competência para a prática do ato administrativo decorre de previsão legal, contudo, admite-se a delegação e avocação nos casos em que não haja exclusividade por força de lei.
- () A atividade estatal de polícia judiciária permite à Administração Pública agir de maneira repressiva, a fim de impedir que o comportamento individual cause prejuízos à coletividade.
- () A sindicância é processo sumário de elucidações de irregularidades no serviço público, praticadas por servidores.
- () O processo administrativo pode ser caracterizado como formal quanto à documentação de todo o seu desenvolvimento e informal por não estar sujeito a normas rígidas, por um menor formalismo que o processo judicial.

A ordem correta do preenchimento dos parênteses, de cima para baixo é:

- A) F – F – V – V – F.
- B) F – V – F – F – V.
- C) V – F – F – V – F.
- D) F – V – V – F – F.
- E) V – V – V – V – V.

DIREITOS HUMANOS

QUESTÃO 48 – Constituem objetivos da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra:

- A) A produção de conhecimento científico e tecnológico em saúde da população negra.
- B) A promoção de ações para viabilizar o acesso a esporte da população negra.
- C) O fomento à realização de estudos e pesquisas sobre racismo e saúde da população negra.
- D) A implementação de políticas públicas para o fortalecimento da juventude negra brasileira.
- E) A produção de conhecimento exotérico e alternativo em saúde da população negra.

QUESTÃO 49 – As Diretrizes Nacionais de Respeito à Diversidade relativas aos Profissionais de Segurança Pública asseveram que:

- A) Os equipamentos de proteção individual devem contemplar as diferenças de gênero e de compleição física.
- B) É assegurado o acesso a exames clínicos e laboratoriais periódicos para a identificação dos fatores mais comuns de riscos à saúde.
- C) É obrigatória a realização de atividades culturais e esportivas nas instalações físicas de academias de polícia.
- D) É mandatório o combate ao assédio moral e sexual nas Instituições, veiculando campanhas internas de educação e garantindo canais para o recebimento e apuração das denúncias.
- E) Devem existir espaços e oportunidades nas instituições de segurança pública para eventos de integração familiar entre todos os profissionais, com ênfase em atividades recreativas e culturais voltadas a crianças, adolescentes e jovens.

QUESTÃO 50 – A Declaração Universal dos Direitos Humanos

- A) prevê, expressamente, o dever da fraternidade no agir uns para com os outros.
- B) assevera que o acesso a cargos públicos pode ser mitigado em função de condições fáticas.
- C) estabelece que o princípio da fraternidade pode ser limitado em situações de calamidade.
- D) é pensada a partir das situações ocorridas no Grande Terror da Revolução Francesa.
- E) retira de sua construção normativa a desnecessidade de o indivíduo ser responsável para com a comunidade na qual se insere.